

## Transmissão e Ensino: do mecânico ao pedagógico<sup>1</sup>

*Yves Schwartz\**

Resumo: Este texto propõe-se a esclarecer a noção de transmissão, considerando-se que ela visa uma dinâmica constitutiva de toda civilização humana. Ele parte do paradoxo interno do transmitir: transmitir implica o transporte, a transferência de materiais, de patrimônios sociais de um lugar ou de um tempo para outro, com a preocupação de conservar sua identidade ou sua mensagem; e, ao mesmo tempo, transmitir é um ato que se inscreve na história, que “faz história”. Transmitir é uma “atividade humana”, que não pode eludir os debates próprios a toda atividade humana. Explicita-se essa idéia a partir da diferença entre um meio físico e um meio humano, entre leis e normas: procura-se estabelecer “leis” de transmissão no primeiro, enquanto que tudo num meio humano é “normatizado” (*normé*), ou seja, é o resultado de escolhas de vida anteriores, conscientes ou inconscientes. Disto resulta uma deontologia da transmissão nos meios humanos; ela concerne, em particular, muito diretamente ao trabalho e seu governo, bem como aos problemas do ensino, onde o projeto de transmitir é explícito.

Palavras-chave: Transmissão, leis, normas, atividade humana, ergologia, uso de si por si.

Abstract: The purpose of this text is to bring a certain enlightenment to the notion of transmission, considering that transmission is involved inside dynamics of every human civilization. It starts from the internal paradox of the “to transfer”. “To transfer” implies the transportation of materials, of social patrimonies from a place or from a time to another with the intention of protecting one’s identity or message. Nevertheless, at the same time, “to transfer” is an act, part of an history, it “makes history”. “To transfer” is a “human activity”, which cannot escape inner debates, like any other human activity. The idea is better clarified, when considering the difference between a physical and a human environments, between laws and norms: we are looking for “laws” of transmission in the first, while in a human environment, everything is submitted to “norms”, that is, it comes from former life choices, either conscious or unconscious. And from that results, in human environments, a special deontology of the transmission, which, for example, concerns directly our way to think human labour and its government ; as well as learning problems, in which the purpose of transmission is quite clear.

Key-words: Transmission, laws, norms, human activity, ergology, use of oneself by oneself.

\*. Professor e Diretor Científico Département d'Ergologie-APST, Université de Provence, França. [schwartz@up.univ.aix.fr](mailto:schwartz@up.univ.aix.fr)

1. Conferência proferida na Faculdade de Educação, Unicamp, promovida pela Profa. Livre-Docente Maria Inês Rosa, coordenadora do GETCE (Grupo de Estudo Trabalho, Cultura, Educação), em 25/08/2004. Tradução de Maria Lúcia B. S. Boudet. Revisão técnica de Maria Inês Rosa.

## Transmitir

Com os novos e múltiplos meios de transmissão à distância, nossas sociedades invocam em todas as circunstâncias a “comunicação” e imputam a “problemas de comunicação” todas as espécies de “disfuncionamentos” nos organismos coletivos. Esta questão da transmissão, boa ou má, reativa uma velha problemática, que sempre existiu no âmago das filosofias da educação, mas que, hoje em dia, existe num contexto ampliado: no ensino dito “de massa”, no desenvolvimento da formação profissional, da formação continuada, para os formados, na concorrência das fontes de informação sobre o mundo... Toda educação, toda “política de comunicação” supõe, por uma parte, a vontade de *transmitir* alguma coisa. Trata-se aí de algo que milita por uma reflexão a ser retomada na sua base, menos sobre o conceito de transmissão do que sobre o próprio verbo, sobre a *atividade* que consiste em transmitir.

Partiremos do *paradoxo do transmitir*: uma civilização só existe porque elementos constantes, identificantes, *transmitem-se*, não obstante o desaparecimento dos seres que nela vivem, de geração em geração. Ao mesmo tempo, uma civilização está na história, marca a história, é história; *transmitir* não significa, em nenhum caso, um processo repetitivo de reprodução de maneira idêntica. Este paradoxo “civilizacional” (*civilisationnel*) da transmissão, que opera independentemente de qualquer esforço consciente de transmissão, nós o chamaremos de o transmitir “genérico”, por oposição ao transmitir “profissional”, em que se propõe explicitamente a fazer transitar elementos de experiência e de saber (educação, formação). Entre esses dois pólos, encontram-se todos os intermediários. Não paramos de transmitir em nossa vida social. Então, é preciso afrontar-se diretamente com essa dificuldade do *transmitir*, como um singular ensaio de relacionar uma tendência à estabilização e uma tendência à fabricação de história<sup>2</sup>.

## Da transmissão ao transmitir: três níveis diferentes

Se quisermos trabalhar sobre esse enigma da transmissão, impõe-se, sem dúvida, que se tome distância em relação a um conteúdo supostamente homogêneo dessa noção.

É certo que nos diferentes patamares da realidade onde essa noção funciona há realmente *alguma coisa em comum*: toda transmissão implica *movimento*, dinâmi-

2. Este texto tem como base uma introdução à quarta edição de um evento organizado regularmente pelo Département d'Ergologie (Departamento de Ergologia) da Universidade de Provence (Aix-Marseille I), em colaboração com a Associação APRIT (Association pour les Recherches Interdisciplinaires sur le Travail), em junho de 2004. Esses encontros focalizaram o tema: Transmitir, atividade e transmissão.

ca; sem movimento, não há nada para ser pensado, porque não há vida. Este é realmente o ponto de partida daquilo que vamos chamar de ciência moderna, que irá se opor à cosmologia de Aristóteles: para este último, o movimento dos astros, pela sua regularidade perfeita, tenta “mimar” a perfeição, isto é, a imobilidade divina. Para ele, movimento e falta vão de par: o movimento de um ser é dirigido para uma perfeição, da qual está atualmente privado. Ao contrário, na cosmologia “desfinalizada” dos grandes pensadores modernos, não há nenhuma diferença de valor entre o movimento e o repouso; é o movimento, cuja quantidade constante é garantida por uma lei divina, que, no seio de uma matéria, em tudo idêntica a si mesma, cria um teatro de corpos e de seres diferentes uns dos outros; é o movimento que introduz a diversidade no homogêneo, como diz Descartes: “Que todas as variedades que estão na matéria dependem do movimento de suas partes” (DESCARTES, 1958. p. 23).

Por isso, então, o papel principal da transmissão: estudar como quantidades de movimento podem transitar entre os corpos é poder compreender como se dispõem e se transformam mutuamente as partes da matéria e como se cria um mundo de variedade e de vida. Não é nada surpreendente, então, que as primeiras regras que o tratado dos *Principes* (DESCARTES, 1958. p. 23) propõe, como introdução a todas as ações que acontecem na natureza, à parte as ações da alma, sejam as leis do choque dos corpos, aquelas que regulam a *transmissão* dos movimentos (DESCARTES, 1958. p. 23)<sup>3</sup>. Supondo-se que todas essas regras sejam falsas, exceto a primeira, isto não muda nada ao advento da *transmissão* como principal problema filosófico da criação de um mundo.

Os fundadores da ciência moderna haviam se inspirado nos artefatos artesanais, para imaginar as engrenagens possíveis dessa criação de uma natureza por transmissão de uma mesma quantidade de movimento. Em seguida, essas leis da transmissão voltaram para o campo da técnica humana, de onde haviam saído: agora, não são mais a intuição, a experiência informal, mas regras científicas presuntivas que devem regê-la. Desenvolvida com o advento das manufaturas, da Revolução industrial, a filosofia mecânica da natureza irá suscitar uma mecanologia, uma “tecnologia”, fundada sobre a ciência da transmissão-transformação dos movimentos.

Assim, Marx, que falava da ciência “toda moderna da tecnologia”, no “*Le machinisme et le grande industrie*” (MARX, 1950, p.59-60), identifica a *transmissão* como uma das três partes essenciais de todo mecanismo desenvolvido:

A transmissão, composta de balanceiros, de rodas circulares, de rodas de engrenagens, de volantes de eixos de motores, de

3. “Como se pode determinar o quanto os corpos que se encontram mudam os movimentos uns dos outros, pelas regras que seguem” (§ 45).

uma variedade infinita de cordas, de correias, de polias, de alavancas, de planos inclinados, de parafusos, etc., regula o movimento, o distribui, muda sua forma, se for preciso, de retilíneo em rotatório e vice-versa, e transmite-o à máquina-ferramenta.

Belos textos e belos estudos históricos foram escritos sobre essa gênese dos sistemas de máquinas<sup>4</sup>.

Mas é aí também onde surge uma dificuldade: essa transmissão pura, onde toda a energia em estado *informe* (queda d'água, vapor que se dilata, etc.) seria integralmente repartida, canalizada, contingenciada, para mover órgãos que fabricam artefatos úteis, é um ideal que a natureza recusa. Esses balanceiros, essas engrenagens, etc. dissipam por fricção uma parte dessa energia, de uma forma definitivamente inutilizável: a forma calor, onde desaparecem as diferenças industrialmente exploráveis, como as alturas de queda, as diferenças de voltagem, etc... Aquilo que, na segunda metade do século XIX, chamamos de segundo princípio da termodinâmica põe em xeque o ideal de uma transmissão perfeita. Em todo processo físico, há transmissão e perda, aumento de "entropia", como se diz. A bola que pula de novo na mesma altura, o raio refletido, que conserva um ângulo estritamente igual ao ângulo de incidência, não são metáforas exatas da transmissão física.

Se do estado inicial ao estado ulterior, o potencial de energia utilizável se reencontrasse integralmente conservado, poder-se-ia dizer: "não está acontecendo nada", a reversibilidade dos processos mecânicos significaria que, por inversão dos processos, o estado passado pode se tornar novamente futuro. Conhecendo-se a quantidade de energia disponível e os corpos sobre os quais ela se exerce, poder-se-ia integralmente antecipar o estado do mundo a seguir, não haveria "história", propriamente dita. Será preciso dizer que, com esse segundo princípio da termodinâmica, agora existe uma? É certo que, com o segundo princípio, a transmissão gera a irreversibilidade, há, como se diz, uma "flecha do tempo", o passado jamais poderá voltar. Mas, "história estranha": seu termo já é conhecido, como já foi dito, temeu-se, no final do século XIX, a "morte térmica" do universo como sistema fechado, o inevitável encaminamento do cosmo para um estado de imobilidade: não tendo podido conservar-se pura, a transmissão não parou de dilapidar, a cada operação, um pouco de seus potenciais: no fim das contas, a transmissão matou o movimento de onde ela tirava sua existência.

Sem dúvida, nessa transmissão de uma morte anunciada, o reino vivo não emerge como um império em um império: mesmo se ao termo (atual) de sua

4. Cf., por exemplo, a síntese de J. Lafitte (1972) e a tão bela obra de J. P. Sérís (1987).

evolução ele engendra seres capazes de antecipar conceitualmente esse processo fatal, isto não muda nada nas predições desses tristes modelos. Mas, como mostra magnificamente André Leroi-Gourhan, não só em “*La libération de la main*” (LEROI-GOURHAN, 1983), como no conjunto de sua obra, ao longo de seus milhões de anos de existência, corre, imemorialmente, irreversivelmente, um processo acumulativo de crescimento desse reino vivo sobre o meio natural. A técnica humana apenas confirma, deslocando-a, essa tendência constantemente em estado de alerta. Ao tecer novamente, quase por provocação, uma continuidade entre os pseudópodes puxados pela ameba (exemplo tirado de Leroi-Gourhan) e a mecanologia humana, G. Canguilhem, em “*Le vivant et son milieu*” (CANGUILHEM, 1965. p. 124; 1966, p.80), retoma essa lição, segundo a qual “toda atividade humana está inscrita na vida, isto é, numa atividade de informação e de assimilação da matéria”; com o ser vivo, a transmissão abrange desta vez a “neguentropia”, o contrário dessa dissipação apontada pela termodinâmica.

Portanto, a transmissão na evolução do ser vivo aparece realmente como sendo “orientada”, há uma “flecha do tempo”, desta vez conduzindo não mais a um declínio da diversidade inicial, mas sim a um aperfeiçoamento contínuo desta: se seguirmos André Leroi-Gourhan, através de milhões de microprocessos, constroem-se um equilíbrio, uma dialética, continuamente reelaborados do “campo de relação” com os meios ecológicos: entre um campo técnico facial e um campo técnico manual, miríades de transferências de herança estabilizam as aquisições, sem cessar um só instante de tentar afastar os horizontes desse equilíbrio. Bergson, que Leroi-Gourhan apreciava, falara de evolução “criadora”.

Mas como se opera essa supreendente dinâmica de conservação-aperfeiçoamento, sempre à espreita, esperando uma minúscula oportunidade para ampliar no ser vivo as normas de vida? Ora, é ali onde a transmissão, aqui o operador, contrariamente ao mecânico, de uma busca indefinida de saúde vital, marca também seus limites. Pode acontecer que grandes segmentos da evolução animal ocorram pontualmente, por “indivíduos-troncos” ou por populações muito pequenas, que capturam pontualmente oportunidades ecológicas locais. Mas nunca é *diretamente* que esses esforços fundadores são transmitidos à descendência; é o patrimônio genético local desses seres, aquele que tornou possível essa microampliação da ocupação do terreno, que é positivamente sancionado. O ato fundador, gerado nos esforços para viver entre nascimento e morte, não se transmite, como tal, à memória dos herdeiros. A não-transmissibilidade dos caracteres adquiridos, estabelecida no começo do século XX, fará dessa seqüência de alguns seiscentos milhões de anos uma *evolução*, não uma *história*. É a *seleção natural*, esse processo cego, que irá sancionar as variações positivas inscritas no genoma dos fundadores, genoma já fixado no nascimento. A história no presente, as dramáticas *hic et nunc* do afrontamento no meio não são incorporadas no ato de transmissão; em si

mesma, a transmissão não implica nenhuma escolha, nenhuma arbitragem, mesmo se ela sanciona exteriormente seus efeitos.

Essa é toda a diferença com o nível humano do reino vivo: aqui o ato de instauração, o ato de instituição, que será conservado, transmitido, não apaga o momento da escolha, em que indivíduos, grupos humanos, nações, hesitaram e decidiram que *seria melhor* dizer, agir, viver assim, impor-se determinadas normas de vida, de preferência a outras. Os valores incorporados nessas escolhas, através da transmissão (sob forma de usos, de leis, de escritos...), não se anulam nunca, mesmo se eles não cessam de serem retrabalhados. Assim, para dar um exemplo evidente, obrigar-se a respeitar os “Direitos do Homem e do Cidadão” ou impor-se um governo pelo sufrágio universal inclui, mais ou menos fracamente ou vigorosamente, a memória das escolhas, dos acontecimentos, das lutas, que as Constituições transmitem desde 1789, bem como as revoluções do final dos séculos XVIII e XIX. No universo propriamente humano, tudo é “norma”, no sentido em que G. Canguilhem tão bem tematizou em sua obra, afirmando que “uma norma na experiência antropológica não pode ser original”, o que faz com que transmitir experiência humana remeta sempre a “discriminações de qualidade, conforme à oposição polar entre um positivo e um negativo” (CANGUILHEM, 1966, p. 178)<sup>5</sup>. Nada é “lei”, no sentido de uma lei da natureza, no universo humano, nas civilizações, inclusive no campo jurídico, onde se fala de leis: uma lei, uma norma técnica, um programa de ensino remetem a escolhas, mais ou menos patentes, mais ou menos universais ou locais. Por este fato, toda *transmissão* – de um *corpus* de leis, de procedimentos, de disciplinas intelectuais, corporais – não se impõe jamais à experiência humana, como o faz o cálculo do tempo de queda de um corpo na superfície da terra.

Assim, começa a se esclarecer o fato de que a transmissão no campo propriamente humano, enquanto se propõe a legar, portanto a estabilizar, patrimônio (cultural, científico, jurídico, organizacional, gestorário...), em condições históricas que não são mais idênticas às circunstâncias de sua instituição, renova, reativa escolhas de vida. Sob aparências de repetição, certamente em parte reais, a transmissão torna-se ela própria um ato, um agir, uma escolha; portanto, “faz história”.

Nesse campo humano, nenhuma transmissão se opera, portanto, num horizonte de neutralidade. Foi para insistir sobre essa dimensão do agir que preferimos colocar no título o verbo “transmitir”, em vez do substantivo “a transmissão”.

5. Sobre esse ponto, com uma confrontação entre as teses de Maurice Godelier e de Georges Canguilhem, permitimo-nos remeter ao nosso texto *Raison pratique et débats de normes*. (SCHWARTZ, 2004, p. 261-294). Ver também sobre essa mesma temática: Orban (2004, p. 56 e seg.).

## Tirar todas as conseqüências do transmitir propriamente humano

Mas, então, se está claro, se o que está em jogo em toda transmissão humana pode ser universalmente designado como problemático, por que dedicar nosso tempo a nos interrogar sobre ela?

Justamente, não está claro. O *transmitir* diz respeito ao agir humano e, acabamos de lembrá-lo, o *transmitir* explícito é ele próprio o agir. Ora, talvez não esteja claro porque o agir, a atividade humana, não são eles próprios dimensões claras da experiência humana; se o fossem, ninguém escaparia imediatamente a um grande número de problemas, tais como: *o quê, como, quem, onde* transmitir?

Retornemos a essa distinção entre as *normas* e as *leis*: será que não há razões muito fortes que remetam sempre as normas às leis e que, por isso, ocultem as decisões subjacentes (o *quê, como, quem, onde?*) mais ou menos perceptíveis, a serem resolvidas em cada *transmitir*? Para ilustrar: não temos a escolha de transmitir, cada um à sua maneira, o *conteúdo* da lei sobre a queda dos corpos (estou realmente querendo falar do *conteúdo*,  $h=1/2 gt^2$ ). Cada vez que diminuimos a distância entre as normas humanas e as “leis da natureza”, como a que acabo de citar, obscurecemos a matriz de interrogações e de decisões a serem tomadas, carregadas pelo *transmitir*.

Ora, por que esse processo de obscurecimento está sempre se renovando?

- Porque é preciso viver e, portanto, é preciso observar de forma razoável as *normas* da vida social, como se fossem *leis*, senão corre-se o risco de que haja cacofonia e até mesmo destruição da espécie; isto quer dizer: mesmo que conservemos na memória que elas foram historicamente engendradas, é preciso também recebê-las como mandamentos exteriores a nós.
- Porque houve na história da humanidade esse prodigioso desenvolvimento do saber, “pondo em ordem” (termo evidentemente simples demais) um campo não de *normas*, mas de *leis*: aquilo que os filósofos do século XVII, como Descartes anteriormente mencionado, chamavam de “as leis da natureza”; assim, para não variar nossos exemplos, a lei da queda dos corpos, historicamente a primeira, proposta por Galileu, ou o segundo princípio da termodinâmica. O que visam essas leis não é em nada visado como uma produção da civilização humana (como poderiam sê-lo, por exemplo, os sistemas de parentesco, concebidos como modelos pelos antropólogos). Mas, num universo de técnicas, de artefatos, de processos atravessados de lado a lado pela conceitualidade científica, essas leis têm tão prodigiosamente a ver com as circunstâncias do agir humano, o agir histórico, que hoje a fruição da vida deve se impor, sem dúvida, segundo os graus mais diversos, segundo as pessoas, um encontro rude, difícil, com as mecânicas insondavelmente complicadas da matéria: do arquiteto ao especialista em informática, do mate-

mático ao ecologista..., ninguém pode contornar esse encontro com as *leis*. Em nosso cotidiano moderno, as leis não cessam de entremear-se com as normas, de acordo com composições dificilmente decifráveis.

Escapa-se dificilmente ao prestígio, à força disciplinante, universalizante, desse encontro. O que nos indica a última razão desse obscurecimento: entre o respeito “razoável” das normas sociais engendradas na história humana e essa experiência das “leis”, que se impõem do exterior da história humana, uma característica principal dessa história humana conduz a gerar incessantes curtos-circuitos, incessantes derivas. A força de imposição da lei “natural” é tal que a história humana, como campo indefinidamente renovado, e em todos os níveis – entre indivíduos, grupos, classes, países... – de relações de força, não cessa de embaralhar as distinções entre as normas humanas e as leis “inumanas”<sup>6</sup>. O que poderia ser mais tentador, mais fascinante do que propor as heranças históricas, do que estabilizar posições adquiridas, quaisquer sejam elas, como resultados de processos comparáveis aos processos que não dependem de nós?<sup>7</sup>.

E é aí onde o *transmitir*, por boas e más razões, por ambivalentes razões, ver-se-á enfraquecido enquanto cadinho de debates sobre o governo de nossas vidas. Se o conteúdo do que há para ser transmitido, globalmente, não é mais fundamentalmente matéria para ser discutida, ou até mesmo enigmática, o *transmitir* como escolha, como ato, quer seja espontâneo, genérico ou profissional, vai tender para a invisibilidade. Se o conteúdo do *dever transmitir* parece se impor, neutralizar-se como uma “lei” exterior a nós, não causar um problema, o próprio *transmitir* perde sua formidável potência de interrogação.

Tentemos restituir brevemente essa potência de interrogação, a partir de alguns exemplos, e medir, a partir daí, que a “dramática” do transmitir está tanto mais comprometida pelos curtos-circuitos e derivas, portanto obscurecida, quanto o agir, quanto a atividade humana é um continente em penumbra, que escapa aos espíritos apressados.

*Quem transmite?* Num processo de fabricação inteiramente taylorizado, logicamente tudo o que há para ser transmitido sobre as ferramentas, seu uso, o gestual, incumbe inteiramente aos serviços de métodos (Departamento de Métodos e Processos). Ora, *Rédecouvrir l'expérience ouvrière* (ODDONE et al., 1981), esse livro prodigioso de Ivar Oddone e de seus colaboradores, está repleto de exemplos, nos quais quem tem vocação para transmitir deve ser singularmente re-inter-

6. “A função essencial da ciência é a de desvalorizar as qualidades dos objetos que compõem o meio próprio, propondo-se como teoria geral de um meio real, isto é, inumano”: (CANGUILHEM, 1965, p.153).

7. Sobre a voluntária confusão leis-normas no caso do taylorismo (“organização científica do trabalho”), ver Rosa (2004, cap. 4).

rogado: por trás da proclamada “organização *científica* do trabalho”, a estandardização aparece como resultado de uma série de escolhas: seleção de condições “ideais”, que nunca correspondem exatamente às situações reais, escolha de um modo de uso da mão-de-obra colocada teoricamente fora do circuito da gestão das variabilidades:

O engenheiro dos métodos, isto é, aquele que estabelece o programa de construção das ferramentas e seu ciclo de formação, refere-se apenas ao emprego de peças “normais”. Ele não se dá conta de que as molas, por exemplo, - que são peças normais, já que se encontram na loja - são muitas vezes moldadas pela mão do homem, o que é feito tendo em vista adaptá-las às ferramentas, porque as molas padronizadas não convêm ao uso. Por isso, diz Gianni M. a seu “sósia” operário na linha de produção da fábrica da Fiat, “são sempre essas astúcias, essas manhas do ofício que lhe dão um verdadeiro *savoir-faire*. É graças a elas que você resolve os problemas colocados por sua tarefa. É graças à sua inteligência e à sua experiência, que você descobre essas respostas novas, que, no máximo, podem se revelar mais tarde como sendo verdadeiras inovações técnicas”. (ODONNE, 1981, p. 111).

Portanto, a despeito das aparências, *quem*, então, deve transmitir saberes pertinentes nesse caso? Quais são as cadeias de transmissão para compreender o progresso técnico? Quem pode pretender que a resposta é simples?

*O que* transmitir? Uma cervejaria fabricada no norte da França resulta, quer os seus conceptores tenham tido ou não consciência disso, de uma série de escolhas arquitetônicas, técnicas, organizacionais, enraizadas num patrimônio industrial, social, operário, em estratégias econômicas, comerciais, logísticas..., em uso nessa zona do planeta. Serão esses os modos de uso da instalação concebida em tais condições que será preciso exclusivamente transmitir aos futuros operadores, quando a firma decidir construir a mesma fábrica de cerveja em Bangui (República Centro-Africana)? Os discípulos de Alain Wisner<sup>8</sup>, cujo recente desaparecimento tanto lamentamos, reconhecerão imediatamente o caso desse operário engarrafador, Sombo, estudado há alguns anos por Karim Meckassoua, então aluno de Wisner no laboratório de ergonomia do CNAM: se Sombo consegue garantir a funcionalidade da instalação, apesar das diferenças climáticas, logísticas, comerciais..., é, ao que parece, porque também foram *transmitidas* nele heranças perceptivas, modos de síntese de informação, legados de geração em geração, pelos modos de vida e de

8. Ver Duraffourg; Vuillon (2004).

subsistência de sua etnia centro-africana. Onde está, nesse caso, a imposição, a evidência do conteúdo do *dever transmitir* (DURRIVE, 1999)<sup>9</sup>?

*Onde* transmitir? Por exemplo, você tem uma missão de “inserção” profissional de jovens em dificuldade. Você deve transmitir elementos de experiência e de saber, que darão chances reais para que essa operação delicada dê certo. Ora, múltiplas escolhas institucionais, políticas, gestonárias, pré-enquadram a concepção dessas formações. Há na formação funções, tempos de atividade reconhecidos e remunerados e outros que estão excluídos dessa condição, há critérios de avaliação que tendem a “normalizar” essa missão; assim, se o trabalho no posto onde devem se inserir os jovens é previsto para ser operado segundo regras conhecidas, precisas, antecipatórias, cabe aos atores depositários dessas antecipações o encargo de transmitir: às instituições de formação, os saberes técnicos e conceituais e às hierarquias das empresas que irão inserir os jovens, a definição das tarefas, dos objetivos, dos procedimentos específicos.

Mas, retomando o título de um belo livrinho de Louis Durrive, há uma “face oculta da alternância”. Sem dúvida, é necessário e positivo articular esses dois lugares de aprendizagem, e não é fácil; mas a deslocalização na empresa de um momento da aprendizagem pode ser apenas uma garantia meramente formal de pertinência. O *Onde* é mais complicado do que isso, se quisermos evitar que o jovem viva apenas duas lógicas paralelas, entre o trabalho e a formação, “a ducha quente e a ducha fria”, como dizia um jovem a Louis Durrive. Onde se situam na empresa as pertinências a serem levadas em conta, se quisermos evitar a perda dos benefícios da deslocalização? Um responsável de empresa não é forçosamente a pessoa mais indicada para responder claramente a esta questão: que ele seja um gerente de loja ou um supervisor de empresa, esse prescritor, certamente

está ele mesmo em situação de trabalho. Ele tem que prestar contas, gerir dificuldades e imaginar compromissos. No entanto, a partir do momento em que ele confia a outra pessoa um conjunto de tarefas, ele se coloca no registro do “trabalho pensado antecipadamente” e não no registro do trabalho vivenciado. A atividade gera um ponto de vista diferente daquele da prescrição.

A articulação dos lugares requer também uma obra de transmissão cercada do máximo cuidado:

sugeriremos [...] que se marque bem a diferença, *sem separá-las, entre:*

9. Sobre esse ponto, permitimo-nos remeter a nosso livro *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe* (SCHWARTZ, 2000, p. 651-652).

- por um lado: a prática profissional, os procedimentos recorrentes, as regras dessa atividade profissional, oficiais ou oficiosas, o prescrito da empresa, e, mais amplamente, o que é codificado, o das disciplinas, dos saberes constituídos;
- e, por outro lado, o trabalho concreto, no seu próprio local, quando é preciso se virar com tal cliente que está diante da gente, com o colega que estamos substituindo, com o adiantado da hora e o cansaço que chega, os produtos ainda disponíveis, os atrasos, em resumo, a vida, muito “simplesmente” [...] (DURRIVE, 1999, p. 26 e 40-41).

Para caracterizar esses dois registros, esses dois momentos indissociáveis e distintos do transmitir, Louis Durrive utiliza dois termos que jogam com duas abordagens distintas na apropriação de todo lugar: “balizamento” e “ancoragem”. Os formadores devem estar convencidos dessa necessária dualidade, para manejar com eficácia essa articulação dos lugares, a sala de aula e a escola.

*Como?* Pode-se adivinhar o quanto é delicado o “*como*” do *transmitir*, quando se trata de articular o balizamento e a ancoragem. Mas, mesmo quando nos situamos num pólo onde o conteúdo do transmitir é tão pouco variável quanto a lei da queda dos corpos, mesmo quando o objeto do *dever transmitir* escapa às complexidades da atividade humana, a questão do *como transmitir* permanece profundamente submetida a escolhas. Lembraremos, para se ter em memória, aqueles debates tão acirrados sobre o ensino da “matemática moderna”. Mas, mais em geral: como negociar – a respeito de uma dada situação, com um dado público – , no *transmitir*, o fato de que a racionalidade atual (de uma teoria, de uma disciplina...) foi ou é o objeto de uma *história*? Uma história *construída* com, contra, para, malgrado, uma história, que, em certa medida, continua; e encontramos aí ainda a atividade humana. Até que ponto é preciso neutralizar os debates desse agir humano, destinado aqui, neste caso, não à produção industrial, mas à construção dos saberes do inumano? Que eu saiba, não existe uma resposta simples.

Esses casos exemplificam, espero, aquilo que constitui a dificuldade do transmitir e que nos desviam, mais ou menos regularmente, do *transmitir à transmissão*. De um lado, a atividade humana, aquela que cria as civilizações através desse transmitir “genérico”, tem sempre um lado obscuro, veicula uma parte de algo imperceptível em suas operações. Do outro lado, nesse universo propriamente humano opera-se, por boas e más razões, como já se disse, uma permanente representação das normas, das prescrições, das regras, em “leis”, em *corpus* de saberes, como se tivessem “eviscerado” a história. A história, ou seja, essa atividade em obra. Se fundamentalmente a *atividade humana* é, de uma forma ou de outra, o objeto do transmitir, esses dois traços articulados sugerem a razão pela qual temos tanta dificuldade em colocar em visibilidade, intelectual e socialmente, as decisões que o transmitir implica.

Daí, o problema do transmitir do lado de seu pólo profissional: até que ponto é preciso restituir esse transmitir como *agir*, como escolha? Até que ponto é preciso colocar em visibilidade, em debate, essa obrigação inelutável de transmitir tudo: porque ele diz respeito ao agir humano – e mesmo quando seu objeto diz respeito aos saberes do “inumano” –, o transmitir não pode neutralizar, sem risco, a síntese de escolhas, a arbitragem de valores, sempre parcialmente locais, que esse agir atualiza, dia após dia.

Se seguiram meu raciocínio até aqui, terão compreendido que é realmente a questão da *atividade humana* que dá seu título de nobreza, mas também propicia o nó de dificuldades, ao transmitir propriamente humano. E se de cada 4 exemplos que demos, 3 deles referem-se a essa forma de atividade que é a atividade “industrial”, é porque, a meu ver, é aí onde as conseqüências dessa enigmática atividade sobre o transmitir parecem-me as mais evidentes.

A meu ver, certamente: tenho a convicção – pelo menos, é o que espero – que estas explanações podem ser até aqui compartilhadas por todos. Mas, é verdade que conduzimos progressivamente nossa introdução apoiando-nos naqueles que nos inspiraram (A. Wisner, I. Oddone, G. Canguilhem...) ou naqueles que participam diretamente da abordagem que chamamos de “ergológica”. Ergológica quer dizer que se consagra a todas as complexidades da atividade humana.

Gostaria, na última parte, de precisar, brevemente, porque todos aqueles que são ergonomistas, economistas, lingüistas, sociólogos, filósofos, formadores, consultores ..., mas que se consideram todos também “ergologistas”, sentem-se muito particularmente convocados por esta questão. A tal ponto que o que chamamos de “Dispositivos dinâmicos de três pólos” — que dizem respeito diretamente a uma forma de aplicação do *transmitir* — aparece como a marca de fábrica desse percurso (*démarche*) ergológico.

## ○ percurso ergológico face ao transmitir

Desenvolverei somente dois pontos.

1) Do exemplo dos Direitos Humanos à reapropriação transformadora das molas de automóveis pelos instrutores de *Redécouvrir l'expérience ouvrière*, às delicadas articulações entre “balizamento” et “ancoragem”, passamos progressivamente de um nível, onde o *transmitir* enraizava-se em momentos da história, onde as escolhas eram patentes e públicas, para níveis muito mais imperceptíveis, ancorados na cotidianidade industrial, seguindo a pista da dimensão das escolhas no mais local, no mais microscópico, no agir vivo dos próprios seres singulares.

Isto significa que a dimensão das escolhas, das arbitragens, portanto, de um horizonte de valores, está presente nos atos cotidianos que, dia após dia, e, sobretudo, nas oficinas, nos escritórios, nos serviços, tecem nosso mundo, nossa relação

com a cultura, com o viver juntos, com a história... É enraizar, *também nesse nível*, debates produtores de nosso mundo, que se pode sintetizar assim: de um lado, debates entre “normas antecedentes” – aquelas que, em diversos níveis, preexistem a toda atividade no *hic e nunc*, que podem ser vividas, segundo todos os graus, entre aquisições positivas da experiência social e coerções que se tentam deslocar-se, de outro lado, tendências à renormalização, como aquelas, por exemplo, dos instrutores aos sócios de Oddone, diante das normas de procedimento tayloristas, ou aquelas de Sombo, em sua sala de controle em Bangui, diante de normas de utilização pensadas em Armentières, ou aquela da bilheteria do Correio. Através desses debates, nossas sociedades põem em jogo, novamente, seus valores no seu mais profundo íntimo.

Isto, rapidamente dito, pode conduzir a três conseqüências:

- Tínhamos partido do paradoxo “civilizacional” (*civilisationnel*) do transmitir: ele estabiliza patrimônios culturais, sem congelá-los, sem banir a história. Se não se pode jamais evacuar, no mais minúsculo dos atos humanos, debates entre normas antecedentes e renormalizações, isto é, entre reprodução dos traçados anteriores e reinvenção reconfigurante destes, então, esse paradoxo do transmitir está inscrito no mais profundo íntimo da experiência ergológica humana.
- Transmissão e história andam juntas: a ação histórica é sempre uma tomada de posição, mais ou menos conservativa, mais ou menos opositiva, em relação aos valores transmitidos e cristalizados nas instituições da vida social. Ora, desse ponto de vista, pode-se compreender “aquilo que faz história”, sem ser remetido a esses debates de normas dos seres, dos grupos com eles mesmos?
- Se a atividade não pode escapar um só instante a esses debates de normas, não cessa assim de reconfigurar imperceptivelmente nossos horizontes de vida, será que podemos, como atores explicitamente inseridos na função de transmissão – o transmitir profissional – não ser convocados pelos valores que cercam esses debates de normas? Será que faço minha a apresentação “racional” das normas operatórias de montagem? Que posição adotar como formador, em relação à gestão ou à avaliação meramente antecipatória das tarefas? Devo ensinar o ofício apenas no que toca ao “balizamento”? E se tento articular balizamento e ancoragem, devo compartilhar e fazer compartilhar as escolhas para o tratamento dessa dialética, tais como creio tê-los compreendido aqui ou ali, em um ou outro?

O que é verdade aqui quanto ao tratamento microscópico desses debates deve se reencontrar, de uma maneira ou de outra, por integração, no sentido quase matemático do termo, na fabricação e na transmissão dos conceitos que operam no plano da globalidade social: não é porque se passa para o plano macroscópico

que se irá perder no caminho, como infelizmente subentendem habitualmente os grandes modelos em ciências humanas ou os saberes dos especialistas, a dimensão “dramática” dos usos de si, a convocação feita por valores de toda atividade humana, com todas as conseqüências que se pode tirar.

2) Fazer-se convocar por essas escolhas, para não neutralizar, isto é, não mutilar o transmitir: é fácil dizer! Lutar contra as derivas das “normas antecedentes” em leis é tanto mais difícil que essa atividade, cadinho dos debates de normas, das dramáticas de uso de si, é um continente que não se entrega facilmente. E aí, a ergologia, à medida que se desenvolvia, autorizou-se a apontar alguns elementos cruciais dessas dificuldades.

Assim, Ivar Oddone havia “batalhado” muito, antes de encontrar um percurso (*démarche*), forçando, de certa forma, o que ele havia chamado de “a experiência operária” a passar da informalidade para a sua “colocação em linguagem”. No fim das contas, o dispositivo das “instruções ao sócia” aparece como uma magistral tentativa de *transmitir*, a alguém estranho à linha de produção, os inumeráveis micro-reajustes, microdebates de si consigo, com os colegas de trabalho, com o sindicato, com a hierarquia... que fizeram a carne viva desses lugares de produção humana.

Mas parece-nos que ainda além, ou aquém, no infinitesimal dos gestos, dos hábitos, dos balizamentos do corpo, nas “estratégias de saúde”, que operam na penumbra do mais ou menos inconsciente, entram em jogo, sem nenhuma descontinuidade com dimensões mais verbalizáveis, sínteses, escolhas, que testemunham, em todos os níveis da atividade, a transversalidade dos debates de normas sobre o uso de si. Trabalhos recentes (estou pensando notadamente na tese de Nicole Mencacci (2003)) mostraram que, inclusive no transmitir “profissional”, gestos, movimentos de recuo (em relação ao quadro, ao grupo) inscrevem-se não conscientemente em escolhas de tratamento dos problemas de transmissão pedagógica.

Propusemos o conceito de “corpo-si” ou “corpo-pessoa”, como lugar enigmático, entre consciente e inconsciente, entre biológico e cultural, entre saúde da pessoa e saúde da vida coletiva; nele, entram em jogo essas sínteses de debates de normas, que são também reprodução-transformação de heranças e que, por isso, interpelam os transmissores no segundo grau, a transmissão “profissional”.

E quais são as entidades coletivas, onde se trabalham e se transmitem, pelas mais diversas vias, gestuais, ligadas à linguagem, codificadas, o resultado provisório dessas experiências, dessas dramáticas, desses debates de normas? Nossas aprendizagens ergológicas ensinaram-nos que elas têm sempre uma geometria mais ou menos variável, previsíveis somente em tendência, sempre procurando, em parte, nas histórias locais: daí o *conceito* – conceito um pouco bárbaro –, de *entidade coletiva relativamente pertinente*, útil, acreditamos, para nos guiar nas dinâmicas e nas trajetórias de transmissão.

Portanto, através dessas dramáticas de uso do corpo-si, através dessas entidades coletivas relativamente pertinentes constroem-se configurações lábeis, englobando todos os aspectos da vida social; por uma parte, nossas decisões, mais ou menos conscientes ou inconscientes, são também decisões de fabricação dessas configurações. Em todos os níveis, nós reemergimos como responsáveis, em um certo grau, por essa vida social, através de nossa maneira de tratar esses debates de normas e, portanto, de arbitrar, de hierarquizar valores do viver juntos. E, assim, de operar uma escolha naquilo que queremos fazer acontecer, isto é, transmitir.

Assim, a vida de uma coletividade, de uma empresa é escandida pelas escolhas de valores incorporados naquilo que se transmite no interior dos grupos de companheiros de trabalho. Edouard Orban, em seu livro *Service Public!* insiste, em várias ocasiões, no fato de que o serviço público (no caso, o Correio), “como a dimensão econômica de uma empresa, é algo que se aprende. O sentido do serviço público pode ser desenvolvido ou diminuído” (ORBAN, 2004, p. 43). Mas essa escolha, incorporada ao trabalho cotidiano dos agentes, redobra-se no nível das escolhas, do qual não pode escapar o agir formativo, o transmitir profissional: iremos pôr em realce essas presenças surdas dos valores de serviço público, de formas e intensidades variáveis, de acordo com as situações ou as pessoas, ou iremos optar, em função dessa labilidade, por subdimensioná-las: “aparece claramente que os valores de serviço público são aprendidos, que não são “inatos”. O que responsabiliza a instituição, em seu papel de ensino e de confrontação desses valores, junto ao seu quadro de funcionários” (ORBAN, 2004, p. 46).

Transmitir, na ordem das coisas humanas, implica sempre escolhas, não se pode escapar disso, porque assim é a estrutura da atividade humana. Nenhum dos níveis em que ela se desenvolve mergulha na neutralidade que envolve o desenrolar de uma lei natural. Em termos “societal” (*societalement*), isto nos reenvia a todos, coletivamente, a nossas responsabilidades de criadores do social. E, como educadores, isso conduz às escolhas visíveis ou ocultas, às renormalizações, das quais resultam todos os “conteúdos” a serem transmitidos; fazer seu ofício implica sempre, em qualquer grau, colocar-se a questão recorrente: “o que significa fazer meu ofício?”

## Referências bibliográficas

CANGUILHEM, Georges, *Essais sur le normal et le pathologique*. P.U.F, 1966.

CANGUILHEM, Georges. *La connaissance de la vie*. Paris: Vrin, 1965.

DESCARTES, René. *Principes de la philosophie, II*. Paris: Édition Pleiade, NRF, 1958.

DURAFFOURG, Jacques; VUILLON, Bernard (orgs.). *Alain Wisner et les tâches du present*. Toulouse: Octarès Éditions, 2004.

DURRIVE, Louis. *Le travail sur la scène. Réflexions sur la face cachée de l'alternance*. Strasbourg: CRAPT-CARRLI, 1999.

LAFFITE, Jacques. *Réflexions sur la science des machines*. Paris: Vrin, 1972 (1932).

LEROI-GOURHAN, André. *Mécanique vivante*. Paris: Fayard, 1983.

MARX, Karl. *Le Capital. Critique de l'économie politique. Livre I*. Paris: Éditions Sociales, 1950.

MENCACCI, Nicole. *Pour une intelligibilité des situations de confrontation à un problème dans l'enseignement et la formation universitaire professionnalisée*. 2003. Thèse (Doctorat), Université de Provence, França.

ODDONE, Ivar et al. *Redécouvrir l'expérience ouvrière. Vers une autre psychologie du travail?* Paris: Éditions Sociales, 1981.

ORBAN, Edouard. *Service public! Individu, marché et intérêt public*. Paris: Syllepse, 2004.

ROSA, Maria Inês. *Usos de si e testemunhos de trabalhadores. Com estudo crítico da Sociologia industrial e da reestruturação produtiva*. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

SCHWARTZ, Yves. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès éditions, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Raison Pratique et débats de normes. In: BIENENSTOCK, Myriam; TOSEL, André (orgs.). *La Raison Pratique au XX<sup>e</sup> siècle*. Paris: L'Harmattan, 2004.

SÉRIS, Jean-Pierre. *Machine et communication, du théâtre des machines à la mécanique industrielle*. Paris: Vrin, 1987.

*Recebido em 25 de janeiro de 2005 e aprovado em 01 de março de 2005.*